

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE
RACIAL NA ESCOLA

Adriana de Campos

**AS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NAS AULAS DE ENSINO
RELIGIOSO: Desafios e perspectivas para desconstruir posturas discriminatórias
raciais históricas e construir um diálogo inter-religioso na vertente do direito à
igualdade e à diferença**

Belo Horizonte

2016

ADRIANA DE CAMPOS

**AS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NAS AULAS DE ENSINO
RELIGIOSO: Desafios e perspectivas para desconstruir posturas discriminatórias
raciais históricas e construir um diálogo inter-religioso na vertente do direito à
igualdade e à diferença**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Lílían C. B. Gomes

Belo Horizonte

2016

Adriana de Campos

**AS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NAS AULAS DE ENSINO
RELIGIOSO: Desafios e perspectivas para desconstruir posturas discriminatórias
raciais históricas e construir um diálogo inter-religioso na vertente do direito à
igualdade e à diferença**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: LÍlian C. B. Gomes

Aprovado em 09 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a LÍlian C. B. Gomes– UFMG (Orientadora)

Prof. Natalino Silva

(Banca examinadora)

DEDICATÓRIA

“A família que nasci e que construí, pois, são fundamentais na minha formação pessoal, acadêmica e profissional”

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por iluminar sempre meus passos e se fazer presente em todos os momentos da minha vida.

A minha filha Pietra por ser a razão do meu viver, por cada gesto de carinho, pelo sorriso ao perceber que minha ausência foi passageira, pelo choro nas minhas saídas que sempre me estimulou a voltar para casa.

Ao meu marido Greison pela dedicação à nossa família, pela cumplicidade e companheirismo de longa data, pela compreensão de minha ausência em vários momentos e incentivo nas horas mais difíceis.

A minha mãe Undália por cada palavra amiga, por ser minha parceira dedicada e inseparável em cada momento do meu viver.

Aos meus colegas do curso pela amizade, companheirismo e incentivo em momentos de dúvidas e desânimo.

Aos tutores e professores do curso EPPIR pelo calor humano que dedicaram ao curso e a grande sabedoria que de maneira enriquecedora compartilhou com cada estudante.

À professora e orientadora Lílian pelo incentivo e por me fazer acreditar que seria possível chegar até o final.

Aos meus alunos que enriquecem minha vida acadêmica e profissional.

A todos que contribuíram de maneira direta ou indiretamente para o meu retorno para a vida acadêmica que foi um processo árduo.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”

Nelson Mandela

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as discriminações e preconceitos raciais com as religiões de matrizes africanas nas aulas de Ensino Religioso, buscando realizar um trabalho de qualificação das diferenças para progredir até o diálogo inter-religioso. Para buscar o diálogo inter-religioso e a legitimação das religiões Afro-Brasileiras foi necessário uma reflexão sobre o Pluralismo Religioso gerado na pós-modernidade e a perda de plausibilidade da Igreja Católica. Perpassa-se nesta monografia alguns marcos legais que foram responsáveis pela mudança no modo de compreensão do Ensino Religioso que passou, progressivamente, para o patamar de exclusividade da Igreja Católica para a ideia de pluralismo religioso, Foi realizado um trabalho de intervenção na Escola Municipal Virgílio de Melo Franco nas aulas de Ensino Religioso que é uma disciplina que sofreu inúmeros conflitos no meio educacional, com o intuito de desconstruir preconceitos para construir o reconhecimento e valorização do diferente.

Palavras-chave: pluralismo; ensino religioso; religiões de matrizes africanas; diálogo inter-religioso.

ABSTRACT

The current work aims to analyze the discriminations and racial prejudices with religions from African origins on Religious Teaching classes, searching for a qualification work to succeed until the inter-religious dialogue. Therefore, to achieve inter-religious dialogue and legitimating to afro-Brazilians religions, a reflection about Religious Pluralism, promoted on post-modernity and the loss of coherence by Catholic Church. Thus, this monographic work explored some legal marks that were responsible for the change on the way of comprehension with Religious Teaching, which passed, progressively, from the level of exclusivity of Catholic Church, to the pluralism conception. Furthermore, an intervention was developed at Virgilio de Melo Franco Municipally School, during Religious Teaching classes - which is a subject that has suffered several conflicts on educational contexts - with the goal of deconstructing prejudices and to build recognizement and promotion of the different.

Key words: pluralism; religious teaching; religions from African origins; inter-religious dialogue.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. DESENVOLVIMENTO	12
2.1 – Capítulo 1: O Pluralismo Religioso e o Ensino Religioso.....	12
2.1.1 - A compreensão do Pluralismo Religioso e o Ensino Religioso na sociedade pós-moderna.....	12
2.1.2 - A caminhada do Ensino Religioso.....	13
2.1.3 - O Ensino Religioso em Minas Gerais.....	16
2.1.4 - O Ensino Religioso ao viés da laicização em busca do diálogo inter-religioso e da valorização da diferença.....	20
2.2 – Capítulo 2: A diversidade religiosa brasileira e a contribuição das religiões de matrizes africanas para a cultura brasileira.....	22
2.2.1 - O cenário religioso brasileiro diverso na transição da sociedade pós-moderna.....	22
2.2.2 - As religiões indígenas.....	23
2.2.3 - O catolicismo português.....	24
2.2.4 - As religiões de matrizes africanas e suas contribuições para a cultura brasileira.....	25
2.2.5 - Racismo e estereótipos com os negros e sua religiosidade.....	27
2.3 - Capítulo 3: Relatos da experiência de intervenção e contribuições do curso EPPIR para as aulas de Ensino Religioso.....	30
2.3.1 - As aulas de Ensino Religioso antes do curso do EPIIR.....	30
2.3.2 - As aulas de Ensino Religioso após o curso EPPIR.....	34
2.3.3 - Passo a passo do trabalho de intervenção.....	35
3. CONCLUSÃO	38
4. REFERÊNCIAS	40

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as discriminações e preconceitos raciais com as religiões de matrizes africanas nas aulas de Ensino Religioso buscando realizar um trabalho de qualificação das diferenças para progredir até o diálogo inter-religioso.

É nítido que o preconceito racial está arraigado no âmbito escolar e quando se trata de um tema tão complexo como religiões este racismo que muitas vezes está camuflado nas atitudes humanas reaparece. Trabalhar a diversidade religiosa em sala de aula é uma tarefa árdua e em se tratando das religiões de Matrizes Africanas o empecilho torna-se claro. As aulas de Ensino Religioso são imprescindíveis para buscar a reflexão da diversidade religiosa e consequentemente pode contribuir para que o diálogo inter-religioso aconteça com plausibilidade.

O primeiro capítulo vem trazer a reflexão e compreensão do pluralismo religioso na sociedade pós moderna e a caminhada do Ensino Religioso para justificar o trabalho sobre as religiões de matrizes africanas na disciplina de Ensino Religioso. Analisa o Pluralismo Religioso gerado na pós-modernidade e sinaliza a perda de plausibilidade da Igreja Católica e a percepção a diversidade religiosa na sociedade brasileira. Discorre sobre a caminhada evolutiva do Ensino Religioso no país e em específico no estado de Minas Gerais, refletindo o Ensino Religioso ao viés da laicização em busca do diálogo inter-religioso e da valorização da diferença. Diante o reconhecimento da legitimidade de outras religiões que não seja apenas a católica, discute a necessidade de um trabalho para alçar o diálogo inter-religioso.

O segundo capítulo vem refletir sobre a diversidade religiosa brasileira e a contribuição das religiões de matrizes africanas para a cultura brasileira. Introduce o cenário religioso brasileiro diverso na transição da sociedade pós-moderna fazendo um recorte nas religiões indígenas, no catolicismo português e nas religiões de matrizes africanas e suas contribuições para a cultura brasileira. Ao refletir sobre a cultura afro brasileira, aponta o racismo e estereótipos com os negros e sua religiosidade. Este capítulo analisa o quanto às religiões de matrizes africanas apresenta uma trajetória histórica de exclusão, sendo necessário um trabalho no âmbito escolar que é a primeira unidade de referência social do indivíduo.

Ao fazer as análises do primeiro e segundo capítulo, fica nítido que é imprescindível romper com um currículo etnocêntrico e resgatar o valor cultural de cada singularidade. Se as

religiões de matrizes africanas não forem reconhecidas e valorizadas tanto quanto as religiões de matrizes europeias o diálogo inter-religioso não sairá do discurso de um ideal.

Sendo assim, analisando a disciplina de Ensino Religioso que tem um papel fundamental neste processo de descortinar preconceitos, uma vez que trabalha reflexões ligadas à dimensão religiosa da vida dentro de um ensino laico, contribuindo assim para o reconhecimento e valorização das diferenças para a construção da igualdade, nasce um projeto de intervenção realizado na E.M. Virgílio de Melo Franco com o intuito de desconstruir preconceitos e discriminações com as religiões de matrizes africanas para construir um diálogo inter-religioso ao viés do reconhecimento e valorização das diferenças. Os relatos deste processo de intervenção são citados no terceiro capítulo, pontuando as contribuições do curso da pós-graduação em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola na FAE da UFMG, que foi precípua nos resultados positivos na implementação e desenvolvimento deste projeto de intervenção.

DESENVOLVIMENTO

Capítulo 1

O Pluralismo Religioso e o Ensino Religioso

“Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular”.

Declaração Universal dos direitos humanos, art. XVIII.

1.1 A compreensão do Pluralismo Religioso e o Ensino Religioso na sociedade pós-moderna

O Pluralismo e o Ensino Religioso tem sido palco de muitas discussões tanto em nível escolar quanto acadêmico, assim como sobre a pertinência da temática e da disciplina nos currículos escolares e seus conteúdos. Porém, para compreender os conflitos vivenciados na disciplina hoje, é necessário entender a nova consciência do pluralismo religioso gerado na pós-modernidade.

Na Pré-Modernidade a sociedade atribui à religião um caráter sagrado, sendo Deus o centro. Em contrapartida, na Modernidade nasce o homem como o centro, que busca a racionalidade, a emancipação de seus mitos, deuses, símbolos e crenças e explicações científicas e não religiosas para seus questionamentos. Nesta época, o homem acreditava que diante da ciência Deus poderia não sobreviver e que a religião perderia o seu espaço privilegiado na sociedade. Porém, na Pós-Modernidade foi concretizado que a religiosidade não perdeu o seu espaço. A religião retornou de maneira intensa, titulando o momento como secularização e o ser humano passou a perceber a grande pluralidade religiosa em sua volta. A percepção da nova consciência do pluralismo religioso é um sintoma da pós-modernidade e veio gerando problematizações constantes dentro da sociedade e em específico na relação com o cristianismo.

O eclipse da secularização gerado em uma sociedade plural propiciou o abandono de práticas religiosas e o retorno do sagrado com novas tendências de religiosidade. Em meio à

grandes conflitos, a Religião Católica desinstala-se de sua posição tradicional e de sua certeza absoluta de salvação, perdendo sua plausibilidade. A interferência desta nova consciência do pluralismo religioso não repercutiu apenas na Instituição Religiosa, mas também na Instituição Escolar e em específico na disciplina de Ensino Religioso, que foi promovida pela Igreja.

O Ensino Religioso fez parte da modernidade uma vez que era através desta disciplina que a Igreja se afirmava na educação. Nesta época, o Ensino Religioso conhecido como disciplina de religião não era tão contestado. A religião Católica como oficial do Império e com toda a sua influência e promotora da educação escolar, coordenava a matéria de Ensino Religioso Escolar e a tinha como sua aliada.

Posteriormente, acompanhando as mudanças em uma sociedade plural, a disciplina começou a vivenciar inúmeros conflitos. A secularização trouxe a laicização e a disciplina que era trabalhada tradicionalmente numa linha catequética, deveria ser laica e não proselitista. Na pós-modernidade a Igreja separa do Estado “sai de cena” e deixa de ser a grande promotora da educação. Porém, o Ensino Religioso “continua em cena”. O Ensino Religioso Escolar separado da Igreja tornou-se um “corpo estranho na escola”.

Daí em diante, esta temática foi ganhando espaço para debates no âmbito escolar. Em meio a tantos conflitos, a disciplina passou a ser questionada, perdurando por muitos anos. Até hoje é discute-se sua nomenclatura, seu conteúdo, e principalmente sua permanência e pertinência, pois, a disciplina já saiu e retornou dos currículos escolares por inúmeras vezes.

1.2 – A caminhada do Ensino Religioso

A caminhada da disciplina de Ensino Religioso sempre foi conturbada. Em seu início com o apadrinhamento da Igreja Católica, a disciplina era confessional e uma grande aliada para a Igreja. Após a educação ser referendada pelo Estado-Nação, o objetivo da escola pública passa a ser de um ensino gratuito e principalmente laico. A partir desta época houve apontamentos que a disciplina “sairia de cena” juntamente com a Igreja, mas o previsto não aconteceu.

A disciplina com suas idas e vindas continua presente nos currículos escolares, trazendo ainda grandes questionamentos. Qual a importância da disciplina para a formação básica de um cidadão? Qual o conteúdo básico a ser trabalhado na disciplina de Ensino Religioso? O Ensino Religioso ainda trabalha em uma linha catequética? Os professores de Ensino Religioso devem ser habilitados em qual curso? E principalmente, como trabalhar a religião e religiosidade ao viés do diálogo inter religioso e na construção da igualdade para a diferença e não em uma linha catequética e dogmática? Questionamentos como estes trazem a tona que a disciplina caminha em busca de uma identidade e para compreender o papel do Ensino Religioso dentro de uma sociedade pós-moderna, que defende um ensino público laico, faz-se necessário refletir sobre estas indagações.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 210 fala do Ensino Religioso e estabelece, no seu § 1º: “*O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental*”. A disciplina foi regulamentada pelo artigo 33 da LDB de 20 de dezembro de 1996 e, até 1997, tinha a seguinte redação:

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

1 – confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou

2 – interconfessional, resultante de acordo entre diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.

Ocorre que o art. 33 da Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB), foi modificado posteriormente pela Lei 9.475, de 20 julho de 1997, estabelecendo novas diretrizes para o Ensino Religioso. O art. 33 da Lei 9394/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33 – O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental,

assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos de ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos de ensino.

A partir dessas premissas, a disciplina deixa de ser de competência do Conselho Nacional de Educação, uma vez que quem estabelece conteúdos, habilitação e admissão dos professores são os diferentes sistemas de ensino. Este fator contribui para grande diversificação das orientações estaduais e municipais, impossibilitando assim, uma diretriz curricular uniforme para uma licenciatura que atenda a tantas opções. Porém, partindo da hipótese que a disciplina já poderia ter “saído” dos currículos escolares, mas permaneceu até hoje enfrentando vários conflitos e, ainda, buscando por sua identidade no âmbito escolar, pode-se considerar um grande avanço. Partindo do exposto, fica nítido que uma disciplina que foi considerada como parte integrante da formação básica do cidadão tem muito acrescentar na vida escolar, no desenvolvimento político e na afirmação identitária do estudante. Os profissionais de Ensino Religioso devem valorizar a disciplina que lecionam e garantir que a mesma seja trabalhada numa linha que fuja do proselitismo e que garanta a discussão em sala de aula no viés do reconhecimento do diferente e em uma construção de igualdade que respeita e valoriza destas diferenças. Assim, a disciplina poderá garantir um diálogo inter-religioso no âmbito escolar e discussões maduras no que tange a diversidade religiosa do nosso país.

A década de 70 foi imprescindível para o percurso evolutivo da disciplina de Ensino Religioso. Foi a partir da Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971 em seu Art. 7º que a disciplina tende às legislações sem o item: “sem ônus para os cofres públicos”. O Ensino Religioso dá a seguinte redação em seu parágrafo único da referida Lei: “O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus”. A falta da frase: “sem ônus para os cofres públicos”, dá a prerrogativa que o profissional de Ensino Religioso poderia ser remunerado. A partir daí vários avanços no

questo da disciplina de Ensino Religioso em Leis Nacionais e Estaduais, Pareceres e Resoluções contribuíram positivamente para os avanços e reconhecimento da disciplina.

1.3 – O Ensino Religioso em Minas Gerais

No estado de Minas Gerais os avanços também foram consideráveis. O Ensino Religioso a partir da década de 70 começa dar passos evolutivos. Em 1985 o professor de Ensino Religioso deixa de ser o professor regente de turma. Ele deve ter habilitação para o cargo.

O passo mais decisivo para a incorporação da nova proposta do ensino religioso, se deu com o Parecer 405/85, aprovado em 21 de junho de 1985. [...] O parecer muda o nível do professor de Ensino Religioso que até então era de regente de ensino. [...] Com esse Parecer é dado um passo mais definitivo ainda no sentido de, fazer o reconhecimento do profissional do Ensino Religioso, que até então era tratado como regente de ensino, passando, agora, a ser reconhecido e a ter o seu pagamento mensal como todo o professor das outras disciplinas. (SILVA, 2007, p. 75-76)

Equiparar as condições legais entre o Ensino Religioso e as demais disciplinas é um grande salto para uma sociedade que tanto discursa sobre igualdade de condições, educação ao véis da cidadania e inclusão.

Em 1988, Minas Gerais instaurou o processo de elaboração de sua Carta Magna, a Constituição Mineira. Nesta Constituição a disciplina de Ensino Religioso também é contemplada com a mesma redação da Constituição Federal: Parágrafo Único – O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas de ensino fundamental. Nesta mesma época é dado início a um estudo retrospectivo da Legislação Federal e Estadual com Encontros Mineiros de Ensino Religioso. Estes encontros sucederam em Belo Horizonte e o I Encontro Mineiro de Ensino Religioso deu início as suas atividades no período de 20 a 26 de fevereiro de 1989. Entre os dias 20 a 23 de novembro de 1989 aconteceu o II Encontro de Ensino Religioso e o III encontro entre os dias 03 a 07 de dezembro de 1990.

Na década de 1990 a exemplo de Santa Catarina, Minas Gerais abre espaço para a dimensão ecumênica dando uma nova etapa para o Ensino Religioso no estado.

O surgimento de uma comissão, formada pelas Igrejas Credenciadas junto à SEEMG, nasce no bojo desse novo contexto, criado pelos inúmeros diálogos entre os representantes das Igrejas e a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. [...] A primeira Resolução a 6998/92, foi emitida em 7 de maio de 1992. Essa resolução foi elaborada pela Equipe de Técnicos da Secretaria de Estado da Educação com representantes das Igrejas Católica Apostólica Romana, Igreja Metodista e Assembleia de Deus.[...] Isso por si só já constitui um grande salto no modo de conceber o Ensino Religioso, este é tratado numa dimensão ecumênica. (SILVA, 2007, p. 86)

Esta visão ecumênica reafirma que a disciplina de Ensino Religioso quer distanciar cada vez mais de um véis catequético.

Com o intuito de regularizar curso que habilitasse professores de Ensino Religioso, em 1991 foi organizado em três módulos um curso de 120 (cento e vinte) horas de Filosofia e Metodologia de Ensino Religioso. Em 1995 iniciou o primeiro curso de Especialização do Ensino Religioso e logo após em 1996 deu início ao curso de licenciatura plena em Pedagogia com ênfase em Ensino Religioso na Puc – MG.

No ano de 1997 a Lei nº. 9475/97 estabelece que os sistemas de ensino deverão ouvir diferentes manifestações religiosas para a definição dos conteúdos de Ensino Religioso, ficando claro que não é mais apenas a Igreja Católica responsável por credenciar e habilitar os professores de Ensino Religioso. Esta questão deve ser levada em conta como um grande avanço para a disciplina, uma vez que acorda com a Constituição Federal de 1988 que explicita sobre a importância de um estado laico.

A partir daí diversas entidades subsidiaram as ações pedagógicas do Ensino Religioso: SEEMG, (Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais), COMCER, (Comissão Central de Educação Religiosa), CONER/MG, (Conselho de Ensino Religioso de Minas Gerais) e CRER(Comissão Regional de Educação Religiosa). A entidade civil de Minas Gerais é representada pelo CONER/MG.

Em 2003, a disciplina de Ensino Religioso apresentou um grande avanço com a resolução nº. 465. A resolução nº. 465 de 18 de dezembro de 2003 resolve:

Art. 1º - A Educação Religiosa constitui disciplina de oferta obrigatória no currículo do Ensino Fundamental, nos horários normais de funcionamento das escolas públicas de Minas Gerais, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo, sendo a matrícula facultativa pra o aluno.

Art. 2º - A opção pelas aulas de Educação Religiosa deverá ser feita no ato da matrícula, ou em qualquer época do ano, por escrito, pelo aluno, quando maior, ou pelo pai ou responsável, quando menor.

Parágrafo Único – Aos alunos que não optarem pelas aulas de Educação Religiosa, será garantida a oferta de atividades, no próprio turno e horário, incluídas no Projeto Pedagógico da escola.

A resolução nº465 de 18 de dezembro de 2003 ainda prevê:

Art. 12º A renovação do credenciamento dos professores par administrar aulas de Educação Religiosa dar-se-á a cada ano letivo, mediante listagem única organizada pelo CONER, ou por autoridade religiosa que o representante junto ao CRER, tendo em vista a avaliação de desempenho feita pela escola.

Fica nítido através desta resolução que a disciplina é de matrícula facultativa, mas de oferta obrigatória e que independente do aluno optar por fazê-la ou não ele terá garantido as 800(oitocentas) horas como previsto na LDB.

Um dos maiores avanços para a disciplina foi a Lei nº 15.434 de 05 de janeiro de 2005 que prevê:

Art. 1º - O ensino religioso, disciplina da área de conhecimento da educação religiosa e parte integrante da formação básica do cidadão e da educação de jovens e adultos, é componente curricular de todas a séries ou todos os anos dos ciclos de ensino fundamental.

Art. 2º - O ensino religioso será ministrado de forma a incluir aspectos da religiosidade em geral, da religiosidade brasileira e regional, da fenomenologia da religião, da antropologia cultural e filosófica e da formação ética.

Art. 4º O ensino religioso será ministrado dentro do horário normal das escolas da rede pública e sua carga horária integrará as oitocentas horas mínimas previstas para o ano letivo.

Um fato novo e imprescindível de ser levado em conta é que a partir da a Lei nº 15.434/2005 o Ensino Religioso passa a ser considerado como área do conhecimento, e que a disciplina deve incluir em seus conteúdos a religiosidade em geral, brasileira e regional, fenomenologia da religião, da antropologia cultural e filosófica e da formação ética.

Outro avanço através Lei nº. 15.434 de 05/01/05 para a disciplina em Minas Gerais foi o artigo 5º que prevê em seus parágrafos:

§ 1º Fica assegurada a isonomia de tratamento entre os professores de ensino religioso e os demais professores da rede pública estadual de ensino.

§ 2º É garantido ao profissional que satisfizer requisito definido em inciso do caput deste artigo o direito de participar de concurso público para docência de ensino religioso na rede pública estadual de ensino.

A partir desta lei ficou explícito os profissionais da área, tem o direito de pleitear concurso público para a disciplina que é habilitado. Vale ressaltar que muitos municípios mineiros a partir da Lei nº. 15.434 de 05/01/05 contemplaram a disciplina de Ensino Religioso em seus concursos públicos.

Os avanços do Ensino Religioso são nítidos. A caminhada evolutiva da disciplina pode ser considerada lenta, mas o fato de garantir o Ensino Religioso fora do caráter catequético, dando ao docente os mesmos direitos de outros em disciplinas a fins, deve ser considerado positivo para uma disciplina que ainda está em busca de sua identidade no âmbito educacional e que tem grande contribuição para o reconhecimento e valorização das diferenças para a construção da igualdade.

1.4 - O Ensino Religioso ao viés da laicização em busca do diálogo inter-religioso e da valorização da diferença

Ao analisar a escola fora do caráter catequético é necessário compreender a laicização. De acordo com Anísia de Paulo Figueiredo (1996), um Estado laico não quer dizer ateu e sim que reconhece a existência de todos os credos. A escola enquanto espaço de construção

de saberes deve propiciar a reflexão sobre a importância do respeito em um espaço plural e a disciplina de Ensino Religioso pode colaborar de maneira nítida para que o diálogo inter-religioso aconteça.

Para Wolfgang Gruen (1995), o Ensino Religioso tem como objetivo propiciar ao aluno as oportunas experiências, informações e reflexões ligadas à dimensão religiosa da vida, que ajudem a cultivar uma atitude dinâmica de abertura ao sentido radical de sua existência em comunidade, e a preparar-se assim para uma opção responsável do seu projeto de vida.

Esta reflexão de Wolfgang Gruen, se articula com a justificativa sobre o Ensino Religioso de Rosamaria Calaes de Andrade (1997). A autora afirma que o Ensino Religioso Escolar se justifica enquanto espaço de construção da totalidade e da unidade do ser, comprometido com o desenvolvimento da religiosidade, dimensão maior da vida humana, sem a qual esta unidade se perde como aperfeiçoamento pessoal e formação ética, para a transformação social que almejamos.

Partindo do exposto, um dos espaços de encontro entre as diversidades culturais que poderia propiciar o diálogo é o ambiente educacional. Quando se fala em diálogo inter-religioso não resume apenas entre as religiões cristãs e de matrizes europeias. Pensar em trabalhar o diálogo inter-religioso é pensar em trabalhar com os alunos as diversas religiões e formas de crer. É ter consciência que algumas religiões terão boa aceitação por parte dos educandos e outras não, e este fator não pode ser empecilho para que o diálogo aconteça. Os dificultadores que forem surgindo ao longo das aulas devem partir como estímulo a reflexão e busca pelo conhecimento.

As religiões que mais sofrem preconceitos por parte desta cultura brasileira que valoriza tanto as matrizes europeias são as religiões de matrizes africanas. Preconceitos que vão muito além que um simples desconhecimento da doutrina, ritos e religiosidade. Preconceitos que são nitidamente raciais e que podem dificultar o respeito pela diferença e o diálogo inter-religioso no âmbito escolar. A escola é uma unidade de referência imprescindível na formação humana do sujeito, e por isso deve buscar erradicar os diversos preconceitos.

É na escola que a criança inicia o seu processo de socialização e começa a ter seus primeiros contatos com o outro igual a ele enquanto espécie, mas diferente enquanto pessoa. Essas diferenças se tornam conflitos desde a educação infantil em sala de aula. São criações, estilos e ideias diferentes. Diferenças sociais e físicas que são as primeiras a serem

percebidas. A educação tem um papel precípua nesta mediação das diferenças. Cabe a escola refletir com seus educandos que as diferenças não devem ser vistas como uma ameaça e sim perceberem que são essas diferenças que tornam a vida desafiante e mais rica.

A escola deve trabalhar desde a educação infantil a superação das diferenças para ser possível vencer o individualismo e buscar a igualdade pela diferença. A partir destas reflexões, de superação das diferenças, abre-se um espaço para trabalhar sobre a diversidade e o Ensino Religioso e de que modo essa disciplina pode contribuir significativamente para a mudança dos preconceitos. Nelson Mandela foi grandioso em sua fala: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”

Este é o ponto principal, trabalhar com os estudantes desde os anos iniciais sobre a importância do amor e do respeito ao outro, mesmo que este outro seja diferente. Se este trabalho for desenvolvido com seriedade desde a infância, buscando sempre o apoio da unidade de referência família, com certeza essas crianças serão adultos mais respeitosos que sabem conviver bem com a diversidade e o diálogo inter-religioso deixará de ser um ideal.

A diversidade racial é uma questão, que se destaca com inúmeros conflitos desde a sala de aula até a vida pessoal e profissional do ser humano. E é este preconceito com o negro e suas origens que contribui para que as religiões de matrizes africanas não sejam aceitas com respeito no âmbito escolar. E como Nelson Mandela explicita, as crianças não nascem preconceituosas e racistas, elas tiveram que aprender, e se passaram por este processo distorcido de aprendizagem, porque não lhes foi ensinada a construção da igualdade para a diferença?

Portanto, as unidades de referência na formação do homem são responsáveis por estas aprendizagens distorcidas e o Ensino Religioso dentro da unidade de referência escola pode ser fundamental neste processo de descortinar o preconceito racial e religioso para buscar o diálogo inter-religioso.

Capítulo 2

A diversidade religiosa brasileira e a contribuição das religiões de matrizes africanas para a cultura brasileira

“Cada ser humano possui o direito de escolher a sua própria maneira de servir o sagrado e deve fazê-lo sem perseguições e/ou discriminações, com liberdade”.
Encantaria Cigana

2.1 – O cenário religioso brasileiro diverso na transição da sociedade pós-moderna

Os clássicos da Sociologia da Religião, Durkheim (1971) e Weber (1996), descrevem a possibilidade da experiência religiosa a partir das mudanças sociais que surgiram por causa das transições na sociedade moderna.

Stefano Martelli (1995) em sua obra: *A religião na sociedade pós-moderna*, descreve a partir da ótica de Acquaviva, Berger, Wilson, Luchman e Luhmann, o processo da secularização e da dessecularização que são sintomas da transição da religiosidade na sociedade pós-moderna.

Seguindo a proposta de Martelli (1995), as transformações sócio-culturais atuais são definidas como pós-modernidade.

As transformações na sociedade moderna e pós-moderna, provocaram mudanças significativas em campos diversificados: social, econômico, político, religioso e educacional. Estas mudanças desencadearam a laicização e abertura para as diferentes maneiras de buscar a transcendência.

O Brasil não fugiu destas transições geradas na pós-modernidade uma vez que sua colonização ocorreu entre final do século XV e início do século XVI em um período em que a igreja católica já perdia adeptos para as religiões protestantes iniciadas na Europa.

Para tanto, falar em religiosidade brasileira é discorrer sobre a diversidade. E para compreender a diversidade brasileira, faz-se necessário compreender a colonização do povo brasileiro.

Em 1500, o rei de Portugal, D. Manuel, organizou a esquadra de Pedro Álvares Cabral, com o principal objetivo de fundar um entreposto comercial nas Índias para, enfim, estabelecer o comércio da especiarias. Cabral também deveria oficializar a posse das terras a oeste garantidas a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas. Assim, no dia 22 de abril desse mesmo ano, tomou posse do novo território, mais tarde chamado de Brasil, em nome do governo português. (QUEVEDO, 1961, P.10).

Após a transformação de Brasil República, conflitos surgiram ao se deparar com a diversidade religiosa advindas das crenças de grupos indígenas que já existiam no Brasil, pelo catolicismo português e as religiões de matrizes africanas que foram chegando aos poucos com os negros escravizados pelos portugueses.

2.2 – As religiões indígenas

O ponto principal das religiões indígenas é o culto à natureza considerada sagrada.

As religiões indígenas foram massacradas brutalmente neste contexto da diversidade cultural e religiosa brasileira. Silva (2005) deixa claro que as missões jesuíticas foram impiedosas com os indígenas.

A presença portuguesa nos primeiros tempos da colonização do Brasil representou uma guerra sem-fim contra os índios que aqui viviam. A maioria de uma população que se acredita e torno de cinco milhões de índios (em 1500), reunidos em centenas de grupos foi dizimada, fazendo com que nações inteiras desaparecessem, como os tupinambás, antigos habitantes da cota brasileira. Os que não eram mortos eram feitos prisioneiros e escravizados para trabalhar nas frentes de colonização. As missões jesuíticas logo trataram de convertê-los. (SILVA, 2005, p.23)

Obviamente os grupos indígenas mesmo convertidos não abandonaram suas crenças e tradições em sua totalidade, para tentar proteger suas tradições utilizavam-se do sincretismo. Silva (2005) afirma:

...a conversão do índio se fez pela união de suas crenças com as católicas. A Santidade, movimento do século XVI em que o xamanismo indígena e a antropofagia ritual somavam-se à devoção aos santos católicos, foi um dos mais significativos exemplos desse sincretismo. (SILVA, 2005, p.25)

Partindo do exposto, fica nítido o desrespeito dos jesuítas com a tradição indígena ao tentar catequizá-los. Os missionários neste processo de catequização tentavam combater práticas e hábitos considerados pecaminosos e hereges. Estes índios foram escravizados e furtados de sua própria cultura.

2.3 – O catolicismo português

Nesta época, o catolicismo além de ser considerado a religião oficial do Império ainda era obrigatório. A diversidade não era reconhecida como parâmetro para enriquecimento de um povo que estava se iniciando e sim, visto como risco de contaminação e decadência na religião católica que era reconhecida como única e verdadeira. Professar outra fé que não fosse da religião oficial do império era considerado heresia e crime contra a Igreja. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição estabelecido pela Igreja na Europa dispunha de várias formas de controles e repressão a quem se desviasse da fé cristã. A Igreja punia sem piedade os praticantes de atos considerados mágicos e de bruxarias.

É o caso dos autos da Visitação do Santo Ofício da Inquisição, nos quais estão registrados os processos de julgamento de muitos adeptos dos cultos afro-brasileiros que foram perseguidos (sob a acusação de praticarem “bruxaria”) pela Igreja católica no Brasil colonial. Ou então, dos “boletins de ocorrência” feitos pela polícia para relatar a invasão de terreiros e a prisão de seus membros, sob a acusação de praticarem curandeirismo, charlatarismo, etc. (SILVA, 2005, p.12)

A Igreja Católica considerada santa e de verdade absoluta impunha suas crenças, doutrinas e tradições. A diversidade não era considerada. O diferente era visto como inimigo. A intolerância propagava e reinava no cenário religioso brasileiro. A religião católica era

inquestionável. Inúmeros inocentes foram vitimados nesta época. A Igreja com toda a seu ar de soberania cometia inúmeras injustiças em nome de Deus. Ninguém tinha coragem de ir contra a Igreja e quem o fazia era severamente punido. Nesta época a Igreja vitimou não só as religiões indígenas e africanas como também condenou todos os avanços científicos.

Sendo assim o diálogo inter-religioso era uma utopia e a aceitação ao diferente um sonho muito distante.

2.4 – As religiões de matrizes africanas e suas contribuições para a cultura brasileira

No início do século XIX, Portugal que já tinha em sua prática o tráfico de negros, trouxe sem dificuldades o negro que abasteceria a mão de obra da colônia brasileira. As religiões de matrizes africanas sofreram inúmeros preconceitos uma vez que tinha origem em segmentos marginalizados na sociedade brasileira. Os fiéis das religiões afro-brasileiras eram compostos por negros, índios e pobres em geral o que repercutiu em anos de perseguição.

As religiões de matrizes africanas vieram juntamente com os escravos e através da sua religiosidade buscavam preservar sua cultura e tradições. Dentre as religiões afro-brasileiras destacam-se como mais conhecidas o candomblé e umbanda. O Candomblé uma religião de matriz africana que veio juntamente com os negros escravos e a Umbanda uma religião brasileira que sincretiza elementos de outras religiões como: afro-brasileiras, espiritismo e catolicismo.

A magia africana sofria muita repressão. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição foi impiedoso com os negros que iam chegando aos poucos escravizados pelos portugueses. Assim que os negros chegavam ao Brasil deveriam ser batizados em cinco dias, onde deixariam de ser pagãos para professarem a fé cristã. A catequese e a escravidão andavam juntas.

Durante as Visitações, o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição perseguiu e condenou muitos negros por ver seus encontros (com cantos e danças frenéticas) como invocações do demônio, espécies de

orgias à semelhança dos sabás europeus. Os tranes dos negros eram vistos como demonstração de possessão demoníaca e as adivinhações, sacrifícios e outras práticas mágicas eram bruxaria ou, então, “magia negra”(como se convencionou chamar a magia feita o mal) (SILVA, 2005, p.35)

A Igreja Católica que professava e princípios cristãos de igualdade, fraternidade, amor ao próximo, impunha sua verdade absoluta e salvação ao véis do cristianismo. Estas questões nos trazem a reflexão: Que igualdade é essa? Que fraternidade e amor é esse que escraviza e marginaliza?

Resumidamente ambas as religiões: indígenas ou afro-brasileiras têm grande contribuição para a cultura brasileira e estas contribuições foram camufladas e estereotipadas em busca de um branqueamento burguês europeu e uma imposição de verdade absoluta de uma religião como única e verdadeira. Neste contexto a diversidade religiosa torna-se empecilho para que o reconhecimento do diferente em busca de igualdade de direitos acontecesse, uma vez que é classificado entre religiões superiores e inferiores.

Ao buscar o diálogo inter-religioso e a igualdade para a diferença é imprescindível que não exista a classificação de melhores e piores, superiores e inferiores, verdadeiros e falsos. Dialogar com o diferente é reconhecer que este diferente é igual enquanto direitos e legitimidade e principalmente reconhecer que o diferente contribui e enriquece culturas e civilizações.

Portanto, é imprescindível reconhecer que o negro e as religiões de matrizes africanas contribuíram ricamente para a construção do povo brasileiro, sua cultura, hábitos, alimentações, arte, religiosidade dentre outros. Fechar os olhos para este enriquecimento que o povo negro e escravizado trouxe para a população brasileira é camuflar o racismo que está posto historicamente na trajetória do negro na sociedade brasileira o que torna um empecilho para que o diálogo inter religioso aconteça com plausibilidade.

2.5 – Racismo e estereótipos com os negros e sua religiosidade

Não se pode negar que a intolerância religiosa está na história do Brasil desde a chegada dos portugueses, já que, nas primeiras missões, não havia intenção de conhecer a cultura e religiosidade do povo que ali vivia e sim uma intenção nítida de converter os índios e os escravos a religião católica.

Autores como Silva (2005), apresentam que um dificultador para o reconhecimento das religiões afro-brasileiras é o fato da mesma ser transmitida para seus fiéis de forma oral e não escrita como a religiões proféticas apresentavam suas escrituras consideradas sagradas por serem reveladas através de seus profetas. Como exemplo: a Bíblia para os cristãos e o Alcorão para os muçulmanos.

O fato dos terreiros serem autônomos e não institucionalizados com gestão hierárquica como é o caso da religião Católica que através de suas autoridades criava doutrinas válidas para todo o mundo era mais um motivo de hostilidade com as religiões afro-brasileiras.

Parte-se do pressuposto que as religiões deveriam prezar pela ética e pelo reconhecimento da diferença para a igualdade já que o Brasil apresenta um campo religioso diversificado. As singularidades de cada religião em seu particular deveriam ser respeitadas e não utilizadas como suporte para justificar o não reconhecimento do sagrado fora do contexto cristão. A intolerância e desvalorização do diferente coloca em risco a liberdade religiosa.

O artigo 5º do parágrafo VI da Constituição brasileira diz: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”.

Ocorre que, na prática, percebe-se que a Constituição não é seguida em sua íntegra. Os negros foram escravizados, criminalizados, estigmatizados e sua religião demonizada. Muitos terreiros são fechados, as religiões afro-brasileiras são desrespeitadas recebendo estereótipos de terreiros de magia negra e bruxaria. A ideia europeia de embranquecer o país criminaliza as diversas culturas afro-brasileiras como religiosa, artística e até gastronômicas. O samba e a capoeira são vistos como práticas de macumbaria, a umbanda, o candomblé e outras religiosidades afro-descendentes são vistas como macumbaria e feitiçaria em prol de prejudicar a vida alheia. As comidas típicas da Bahia onde prevalecem o maior número de

afro-brasileiros no país, como Acarajé, Vatapá, dentre outros são citados como comidas consagradas ao diabo. A população negra sofre discriminação racial a todo o tempo.

Os cargos mais nobres no país são ocupados por pessoas brancas e cristãs. Ações do dia-a-dia em sociedade demonstram o quanto o racismo faz parte da sociedade brasileira. Frases estereotipadas como: “Negro parado é atenção, negro correndo é ladrão”. “Serviço ruim é serviço de preto”, “Preto quando não erra na entrada, erra na saída”; “Branco simboliza a paz e preto simboliza luto”, “Deus representa a religião dos brancos e o Diabo as religiões dos negros”, “Os rituais do cristianismo são sagrados e das religiões de matrizes africanas são profanos”, demonstram a cada dia que o racismo no Brasil existe e que estas discriminações que demonizam as religiões de matrizes africanas impedem um diálogo inter-religioso verdadeiro. Faz-se necessário o reconhecimento da diferença para a igualdade e estabelecer o diálogo e o reconhecimento do diferente pela ação e não apenas pelo discurso fraterno.

Nas propostas de ações governamentais do Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3), de 2010, fica claro que políticas públicas devem tentar combater estes preconceitos e discriminações:

110 – Prevenir e combater a intolerância religiosa, inclusive no que diz respeito a religiões minoritárias e a cultos afro-brasileiros.

111 – Implementar os dispositivos da Declaração Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas em Religião ou Crença, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de novembro de 1981.

113 – Incentivar o diálogo entre movimentos religiosos sob o prisma da construção de uma sociedade pluralista, com base no reconhecimento e no respeito às diferenças de crença e culto.

Partindo destas reflexões é precípua romper com um currículo etnocêntrico, resgatar o valor cultural do povo negro e sua religiosidade, reconhecer a trajetória histórica de exclusão dos afro-descendentes para reconhecer o racismo e erradicá-lo. Para tanto, a escola deve

estabelecer o diálogo da igualdade pela diferença e buscar uma educação anti-racista e uma cultura escolar inclusiva. Silva(2005) sabiamente esclarece:

...não existem religiões superiores ou inferiores, certas ou erradas, do bem ou do mal, pois essas classificações resultam mais de juízos éticos ou julgamentos subjetivos para os quais não há consenso possível – principalmente porque com frequência as religiões são julgadas com os conceitos ou preconceitos provenientes de outras. (SILVA, 2005, p.14).

Na ótica destes autores, estudiosos e ações políticas que contribuíram ricamente e elucidaram tais reflexões nasceu um projeto de intervenção na Escola Municipal Virgílio de Melo Franco, situado na cidade de Contagem/MG, nas aulas de Ensino Religioso. A seguir, com o objetivo de analisar as discriminações e preconceitos raciais com as religiões de matrizes africanas nas aulas de Ensino Religioso, indico de que modo realizo um trabalho de qualificação das diferenças para progredir até o diálogo inter-religioso. É o que veremos a seguir.

Capítulo 3

Relatos da experiência de intervenção e contribuições do curso EPPIR para as aulas de Ensino Religioso

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”

Nelson Mandela

3.1 – As aulas de Ensino Religioso antes do curso do EPIIR

Comecei a lecionar a disciplina de Ensino Religioso no ano de 2003, quando terminava o último ano do curso de Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Trabalhei com a disciplina na rede estadual, nas redes municipais de Ribeirão das Neves, Betim e Contagem e na rede particular. Desenvolvi meu trabalho desde o início da carreira até agora com crianças e adolescentes entre 9 a 15 anos e adultos da EJA.

No início da minha carreira enquanto professora de Ensino Religioso me deparei com inúmeros entraves. Primeiramente a desvalorização da disciplina. Desvalorização esta que partia de dentro e fora dos muros da escola. A comunidade que não dava credibilidade à disciplina, os alunos que falavam que desconheciam a necessidade das aulas de Ensino Religioso e preconceito até dos próprios colegas que denominavam as disciplinas de mais importantes para as menos importantes. O primeiro ponto que me incomodava era ouvir dos próprios colegas que eu lecionava aulas de Religião, e em todas as falas eu sempre pontuava dizendo que lecionava Ensino Religioso e não Religião. Na época cheguei ouvir de alguns colegas que Ensino Religioso era uma sub matéria.

Outro problema que percebia era a falta de materialidade para desenvolver meu trabalho. Todas as coleções que eu buscava nas editoras eram catequéticas e fugia de minha proposta para o desenvolvimento do trabalho em sala de aula. Fui percebendo que eu mesma deveria ir criando meu próprio material para desenvolver minhas aulas uma vez que a

disciplina não tem um currículo uniforme que atenta a cada ano do ciclo na mesma linha de pensamento. Eu só tinha como norte os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) de Ensino Religioso que já trabalhava a ideia de descortinar um ensino religioso proselitista em sala de aula. Todo colega de área que eu conhecia e pedia material emprestado relatava que também tinha a mesma dificuldade em encontrar um material na linha da laicização.

Nesta época o grupo de profissionais de Ensino Religioso estava dividido. A própria legislação da época os dividia. Cada ano a rede estadual publicizava uma classificação diferente para a contratação de professores da área. Um ano a prioridade era os profissionais formados na graduação de Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso ofertado pela Puc/MG, no outros profissionais graduados em qualquer curso de licenciatura acrescido da pós graduação em Ciências da Religião. As designações do estado eram exaustivas. Colegas de área disputando quem era melhor habilitado para exercer a função de professor de Ensino Religioso.

Fui percebendo que os debates sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas aumentam a cada dia. As discussões envolviam as grandes incoerências que perpassavam a disciplina. As escolas buscavam seguir as legislações que garantisse a sua permanência, mas a disciplina de Ensino Religioso ainda não possuía a clareza, a convicção e a valorização almejada no âmbito escolar.

Diante de inúmeros conflitos que fui vivenciando, percebia que o apadrinhamento que a disciplina teve da religião católica e a forma de trabalho proselitista que muitos profissionais trabalhavam em sala de aula contribuía nitidamente para estes enganos. Como percebi que eu estava diante de uma complexidade e acreditava que meu trabalho em sala de aula tinha valor, resolvi estudar e me especializar na área para compreender melhor os conflitos vivenciados pela disciplina e galgar formas de solução do problema e principalmente buscar a valorização profissional.

Formei no final de 2003 e iniciei em 2004 uma pós-graduação em Ciências da Religião no ISTA/MG. Assim eu ganharia conhecimento e não entraria mais em disputa com colegas da área em debates sobre habilitações nas designações, pois estaria habilitada nas duas exigências do governo estadual.

A pós-graduação me proporcionou conhecimento e segurança para trabalhar a religiosidade em sala de aula ao véis de uma escola pública laica e não proselitista. Percebi que almejava mais, queria pesquisar a disciplina de Ensino Religioso em todo seu contexto histórico para desenvolver o meu trabalho com mais qualidade. Como em Belo Horizonte não havia ainda um mestrado em Ciências da Religião fui desenvolvendo meu trabalho em sala de

aula até que o mestrado em Ciências da Religião da PUC/MG emplacasse. Em 2008 ingressei na primeira turma no mestrado em Ciências da Religião na PUC/MG. Fiz todas as disciplinas, mas por questões financeiras abandonei o curso na etapa de escrita e defesa da dissertação. Em 2009 iniciei o mestrado em Ciências da Religião na UFJF/MG e também por questões financeiras abandonei mais uma vez o sonho em ser mestre com uma pesquisa mais aprofundada na disciplina que eu lecionava. Mesmo não chegando à defesa da dissertação, as disciplinas que cursei e a pesquisa que realizei sobre os desafios e perspectivas do de Ensino Religioso na escola, contribuíram ricamente para o meu crescimento enquanto estudante e profissional.

Após estudos e pesquisas fui percebendo que a caminhada evolutiva do Ensino Religioso em Minas Gerais constatava como a disciplina sofreu modificações e buscava por uma valorização. Era perceptível que argumentos pró e contra fazia parte do capítulo próprio da disciplina de Ensino Religioso, porém, era nítido que a disciplina vinha evoluindo em quesito de sua plausibilidade.

Sendo assim, cheguei à conclusão que cada docente de Ensino Religioso, através da linguagem utilizada em sala de aula, dos conteúdos desenvolvidos, e de sua postura frente ao universo educacional se faria pertinente enquanto matéria escolar.

A partir de então fui desenvolvendo meu trabalho e buscando a valorização e pertinência enquanto matéria escolar que faz parte da formação básica do cidadão. Fui criando meu próprio material ao véis dos valores humanos, da busca da identidade do ser humano, e do seu reconhecimento enquanto ser político e religioso em uma sociedade plural.

Desenvolvi vários trabalhos e projetos diferenciados na escola e percebi que ao longo do meu ofício a minha disciplina foi ganhando espaço nas escolas em que eu lecionava. Percebi também ao longo dos anos que, os alunos do 9º ano estavam mais maduros para discutirem sobre religião e religiosidade e foquei este tema no último ano do Ensino Fundamental.

Outro fato que me chamou a atenção foi que os adolescentes estavam bem mais abertos para o diálogo inter-religioso do que os alunos adultos da EJA. Por estas questões fui buscando compreender a fase da adolescência e intensificando estudos e reflexões em sala de aula com o objetivo de trabalhar a aceitação do diferente e a abertura para o diálogo inter-religioso.

Cheguei à conclusão que a fase da adolescência é presenciada por muitos questionamentos e contestações onde os jovens muitas vezes se encontram em conflito com suas unidades de referência: família, escola e religião. Nesta fase é imprescindível que este

adolescente encontre um espaço propiciador de diálogos e a disciplina de Ensino Religioso poderia colaborar positivamente para estas reflexões. Refleti sobre a adolescência e percebi grandes polêmicas. O jovem contemporâneo não teme em expressar seu sentimento, sua maneira de pensar e agir sendo muito questionador. O adolescente nessa fase passa por um momento de contestação. Confronta com normas, regras, disciplinas e instituições. Questiona suas unidades de referência: família, escola e religião. Porém, é mais aberto ao olhar para o diferente do que o adulto. Nesta fase de contestações é imprescindível um trabalho sério, que os leve ao conhecimento, que esclareça dúvidas e que os impulsionem a se olhar como um ser político capaz de colaborar de maneira crítica no contexto em que habitam.

Partindo destas reflexões fui desenvolvendo nos 8º anos questionamentos sobre a fase da adolescência e a busca por uma identidade e nos 9º anos o ser humano enquanto ser político e religioso. Nos 9º anos iniciava o trabalho diferenciando religião de religiosidade, sagrado e profano, símbolos e lugares de oração, o mosaico de religiões diante a diversidade, a necessidade do diálogo inter-religioso e a importância da busca da igualdade valorizando as diferenças. Porém, percebia que quando a discussão envolvia as religiões de matrizes africanas o diálogo não acontecia e minhas aulas não avançavam devido ao grande preconceito por parte dos alunos.

Nos debates e diálogos inter-religiosos ficava nítido que o cristianismo é predominante entre eles e que os jovens mesmo cometendo vários equívocos na idade que se encontravam, acreditam e buscavam por uma salvação e esta salvação jamais poderia acontecer com pessoas que não estivessem inseridas nas religiões cristãs. A partir destas premissas as aulas não avançavam de encontro ao reconhecimento do diferente quando eram introduzidas as religiões afro brasileiras. A efetivação dos diálogos inter-religiosos realizados com estes jovens tinha o intuito de ouvir os alunos a respeito de sua religiosidade, e principalmente reafirmar a importância do respeito à diversidade religiosa.

Portanto, daí em diante percebi que era necessário um estudo mais aprofundado em que eu me especializasse nas questões étnico raciais para compreender os preconceitos e discriminações que as religiões de matrizes africanas vinham sofrendo ao longo dos séculos no Brasil. Desta forma eu poderia garantir que o diálogo inter-religioso acontecesse em minhas aulas com plausibilidade e descortinar preconceitos arraigados que os educandos traziam de casa.

3.2 – As aulas de Ensino Religioso após o curso EPPIR

Fui percebendo ao longo da minha jornada enquanto educadora que um tema complexo de ser trabalhado em sala de aula era sobre as religiões de matrizes africanas. Trabalhar sobre as demais religiões tais como as monoteístas: Cristianismo, Judaísmo e Islamismo não causava tanto impacto quanto as religiões de matrizes africanas.

Percebia que a bagagem religiosa que cada aluno trazia de casa, contribuía para a discriminação e preconceito com as religiões de matrizes africanas.

Notava que falar que o lugar de oração do judaísmo era a sinagoga ou mesquita para os mulçumanos não causava tanto impacto quanto falar que o lugar de oração da Umbanda e Candomblé eram os terreiros. Os alunos desqualificavam o sagrado das religiões de matrizes africanas com suas falas preconceituosas. Muitos diziam: “Impossível um terreiro de macumba ser sagrado”. A maioria dos alunos apresentavam falas estereotipadas e preconceituosas. Obviamente eu ouvia com atenção a fala dos alunos, mas, sempre pontuava que o preconceito religioso com as matrizes africanas estava pautado em uma postura discriminatória racial histórica.

Foi aí que tive a oportunidade de cursar uma pós-graduação em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola na FAE da UFMG e não perdi a oportunidade porque eu sabia o quanto esta especialização iria contribuir profundamente tanto para a minha vida acadêmica quanto para a minha vida profissional. Durante o curso fui aprimorando meus conhecimentos sobre a história do negro no Brasil, suas contribuições para a nossa cultura e seus desafios ao longo de décadas de discriminações e preconceitos racistas. Estas reflexões me fez entender o porquê tanto preconceito com as religiões de matrizes africanas. Uma religião vinda de pessoas escravizadas, pobres, negras e fora dos padrões europeus inseridos na cultura brasileira.

Fui levando estas reflexões para as minhas aulas durante o curso. Durante as minhas aulas comecei analisar a vida religiosa de cada estudante e fui percebendo que a grande maioria eram cristãos e protestantes. Uns protestantes por convicção e outros por serem obrigados a seguir a religião da família. Daí a explicação de tão recusa ao ouvir sobre as religiões afro brasileiras uma vez que a maioria das religiões protestantes buscam demonizar as religiões de matrizes africanas inclusive se colocam como combatentes a suas práticas ritualísticas.

Sendo assim, através do conhecimento que fui ganhando no curso de pós graduação do EPPIR fui percebendo a necessidade em trabalhar com os alunos sobre o racismo e a história da cultura afro antes de introduzir sobre as religiões de matrizes africanas. A partir de tais reflexões, nasceu o meu projeto de intervenção na E.M. Virgílio de Melo Franco, na cidade de Contagem/MG, município e escola em que sou concursada, com o objetivo de analisar as discriminações e preconceitos raciais com as religiões de matrizes africanas nas aulas de Ensino Religioso buscando realizar um trabalho de diálogo inter-religioso na vertente pelo direito à igualdade e à diferença.

3.3 – Passo a passo do trabalho de intervenção

No primeiro semestre de 2015 realizei nas turmas de 9º ano o mesmo trabalho que eu já realizava nos anos interiores. Inicialmente introduzi textos sobre o ser humano religioso e maneira diferenciada de cada pessoa individualmente ou inseridas em algum grupo expressar suas crenças através da religião. O significado da palavra religião, a dimensão que vai além, intitulada de transcendência e os conflitos envolvendo seguidores de crenças diferentes. Ainda nesta etapa trabalhei as diversas culturas religiosas e seus símbolos predominantes, lugares de orações e locais sagrados. Desenvolvi em sala a diferenciação de profano e sagrado, religião e religiosidade, religiões politeístas e monoteístas, mitos e ritos, religiões proféticas, Deus e deuses e conceitos de salvação, as questões existências do ser humano e a perda de plausibilidade da religião com a pós-modernidade e avanços científicos. A cada especificidade da religião que eu ia trabalhando dava exemplos de várias religiões, inclusive das religiões afro-brasileiras.

No segundo semestre dividi a turma do 9º ano em grupos, e cada grupo deveria apresentar para a turma sobre uma religião. Vale ressaltar que eu sempre desenvolvi este trabalho em grupo com apresentações sobre as religiões, porém ao sugerir a religião para os grupos nunca colocava a opção das religiões de matrizes africanas. Sempre tive receio com a recepção dos alunos com as apresentações das religiões de matrizes africanas já que ouvia sempre falas preconceituosas e brincadeiras estereotipadas com a temática. Nas escolas que já trabalhei era notório que os eventos sempre envolvem as religiões cristãs e em quase 20 anos de carreira docente nunca presenciei nenhuma comemoração envolvendo as religiões de

matrizes africanas na escola. Estes fatos me deixava insegura em trabalhar em sala de aula temas que perpassavam as religiões afro-brasileiras, o que mudou após minha especialização no EPPIR.

Durante o prazo para os grupos estudarem e se organizarem para o início das apresentações introduzi a história do negro no Brasil, a escravidão, os preconceitos raciais e a contribuição do negro para a cultura e povo brasileiro. No decorrer das aulas fiz o teste do pescoço onde cada aluno deveria observar em seu dia-a-dia quais lugares no mercado de trabalho que ocupavam a grande maioria dos brancos e os negros. Passei para os alunos os filmes: “Vista a minha pele” e “O xadrez das cores”. Em cada aula refletia junto com os alunos sobre o racismo com a cultura negra e a importância de valorizarmos a diversidade e buscar a igualdade partindo da diferença. Até a data das apresentações todas as aulas pautaram as questões raciais.

As apresentações de trabalho foram assistidas com atenção pela maioria. Os alunos assistiram as apresentações sobre as religiões com muita atenção. Os alunos foram criativos, cada grupo com sua particularidade. Para minha surpresa as apresentações com as religiões: Umbanda e Candomblé foram bem recebidas pela maioria dos alunos, o que confirmou que o trabalho que fiz antes das apresentações contribuiu ricamente para a análise de cada educando sobre o respeito à diferença. Porém, em alguns momentos notei alguma resistência por uma minoria de alunos que vou relatar. Cheguei a ouvir de alguns alunos: “Não vou ficar em sala, não quero ver despacho de macumba” ou “o capeta vai entrar nela durante a apresentação e eu não quero ver”. Com minhas intervenções garanti a presença dos alunos para assistir as apresentações e principalmente conversei com eles antes das apresentações para garantir que os trabalhos fossem assistidos com respeito e atenção. Ao longo das apresentações os alunos mostraram interesse pelo que escutavam. Interessante ressaltar também que um dos grupos que apresentou fez um trabalho de campo visitando um terreiro de Umbanda com a autorização dos pais. Após a fala da estudante que na prática viu que não existia nenhum “diabo” ou sessões de “bruxaria” nos terreiros os alunos ficaram empolgados e interessados com a apresentação. É nítido que o preconceito racial está posto, mas percebo também que em questão das religiões os estudantes que são adolescentes, estão abertos à escuta. Quando eles escutaram de seus próprios colegas que foram fazer trabalho de campo em um terreiro que em hora nenhuma viram o capeta e que macumba é um instrumento musical começaram a demonstrar interesse.

Enquanto educadora acredito que os estudantes não nasceram preconceituosos e se aprenderam a ser, poderão desconstruir preconceitos e discriminações através do

conhecimento e da pesquisa. Quando se toca em discriminação e preconceito racial fica claro que é necessário desconstruir para construir uma sociedade mais igualitária, tolerante e respeitosa.

Portanto, não se pode discutir diálogo inter-religioso na escola, igualdade para a diferença, reconhecimento e valorização do outro, classificando religiões como verdadeira e falsas e deixando de lado religiões tão importantes para a nossa cultura como as de matrizes africanas. A escola não pode permitir que as religiões afro brasileiras sejam vistas como um engodo, nem tão pouco pactuar com um discurso de igualdade de direitos, fraternidade e alteridade se não descortinar os inúmeros preconceitos e enganos com as religiões de matrizes africanas. Só poderemos dizer que a escola é de “todos e todas”, que é trabalhado a fraternidade com os jovens, pois são o futuro da nação e que o diálogo inter-religioso acontece na escola, quando este trabalho acontecer de fato sem camuflagem, com seriedade e plausibilidade.

CONCLUSÃO

A escolha do tema “As religiões de matrizes africanas em sala de aula: desafios e perspectivas para desconstruir posturas discriminatórias raciais histórias e construir um diálogo inter-religioso na vertente do direito a igualdade e à diferença”, para a realização do meu trabalho, no curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola na FAE da UFMG, tem uma razão de ser. Sempre tive resistência em trabalhar com as religiões de matrizes africanas na disciplina de Ensino Religioso porque partia do pressuposto que teria uma grande rejeição pelos estudantes. Também presumia que me faltava conhecimento da temática para desenvolver minhas aulas com segurança. Ao longo do curso ganhei mais segurança e iniciei o meu trabalho com a temática.

Ao implementar o tema em minhas aulas durante o ano de 2015 constatei que a discriminação com as religiões de matrizes africanas é fato, porém, ficou nítido que se for realizado um trabalho na base do diálogo e da valorização da cultura afro-brasileira é possível romper com esta barreira e desconstruir preconceitos.

A escolha do meu tema sucedeu pela análise prática pedagógica de uma intervenção significativa que desenvolvi em sala de aula, na E.M. Virgílio de Melo Franco no município de Contagem/MG, onde busquei analisar e intervir no travamento e enfrentamento de preconceitos raciais religiosos em sala de aula.

Este trabalho partiu de inúmeras problematizações que fui percebendo ao longo da minha jornada. Quais os desafios e perspectivas nas aulas de Ensino Religioso para desconstruir preconceitos raciais e construir um diálogo inter-religioso? De que forma é necessário trabalhar com os educandos sobre a contribuição das religiões de Matrizes Africanas para a cultura brasileira? Como qualificar as diferenças e aguçar nos educandos a compreensão que as discriminações com as religiões de matrizes africanas são fruto de um racismo histórico em nosso país? A pesquisa teórica e prática deste trabalho buscou responder estas indagações.

Ao longo do trabalho foi possível avançar nos objetivos: verificar as discriminações e preconceitos raciais com as religiões de matrizes africanas nas aulas de Ensino Religioso; refletir sobre a contribuição das religiões de Matrizes Africanas para a cultura brasileira; desconstruir preconceitos e discriminações raciais; qualificar as diferenças em sala de aula e realizar o diálogo inter-religioso de forma plausível.

Este trabalho foi de grande relevância para minha vida pessoal, profissional e acadêmica. Pessoalmente consegui respostas para muitas indagações sobre as religiões de matrizes africanas. Nasci em um berço cristão e durante toda a minha criação ouvi da minha família as religiões afro-brasileiras de forma demonizada. Quando iniciei meu curso em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso na Puc/MG já levei um impacto ao perceber a pluralidade religiosa em minha volta e refletir sobre o sagrado no mosaico das religiões. Em um estudo mais aprofundado compreendi todo o preconceito com as religiões afro brasileiras e percebi as grandes incoerências e equívocos que os brasileiros cometem com a temática. Estas reflexões contribuíram ricamente para a minha vida profissional onde avancei significativamente nos diálogos inter-religiosos em sala de aula e nas discussões sobre a diversidade religiosa. Não posso deixar de citar a grande relevância da pesquisa para a minha vida acadêmica uma vez que eu que sempre me dediquei aos estudos fiquei 5 anos fora dos bancos acadêmicos e particularmente o retorno foi árduo.

Portanto, ao desenvolver o projeto de intervenção concluí que é necessário avançar mais nas questões etnico-raciais que tange as religiões de matrizes africanas uma vez que o ideal é bem distante da realidade em que vivenciamos a cada dia no âmbito escolar, mas pode-se concluir que estes projetos são imprescindíveis no sentido de desconstruir preconceitos e grandes aliados às políticas públicas que buscam a erradicação do racismo e preconceitos com a cultura afro brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete, and Nilma Lino GOMES. "Educação e Raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas." **Coleção: cultura negra e identidades**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

ALVES, Rubem. **O enigma da religião**. Campinas: Papyrus, 1984.

ANDRADE, Rosamaria Calaes de Andrade. **Ética, Religiosidade e cidadania: Subsídios psicopedagógicos para professores**. Belo Horizonte: Editora Lê, 1997.

BELO HORIZONTE. *Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte (1990)*.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso**. 7. ed. São Paulo: Ave-Maria, 2004.

_____. **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - -ver. E atual. - - Brasília: SEDH/PR, 2010.

_____, (1971). Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. *Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências*.

_____, (1988). *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Serviço Gráfico.

_____, (1996). Lei n.º 9.394/96, *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Diário Oficial da União, 20 de dezembro de 1996, seção I.

_____, (1997). Lei n.º 9.475, de 22 de julho de 1997. *Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional*.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISBOS DO BRASIL. **O Ensino Religioso nas Constituições do Brasil, nas legislações de ensino, nas orientações da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1987.

CRUZ, Eduardo Rodrigues da. **A persistência dos deuses: religião, cultura e natureza**. São Paulo: UNESP, 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino Religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. **Revista Brasileira de Educação**. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, nº 27. p. 183 – 191. Set-out-nov-dez, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a12.pdf>>. Acesso em: 26 de jul. 2009.

DONCEL, Manuel García. **El diálogo**. Teología-ciencias hoy. Perspectivas científica y teológica. Barcelona: Edita Cristianisme I Justícia, 2003.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FERREIRA, Amauri Carlos. **Ensino religioso nas fronteiras da ética**: subsídios pedagógicos. Petrópolis: Vozes, 2001.

FILHO, Tarcízo Gonçalves. **Ensino religioso e formação do ser político**: uma proposta para a consciência de cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

GUERRIERO, Silas. **Novos Movimentos religiosos**. O quadro brasileiro. São Paulo: Paulinas, 2006.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. **Ensino religioso**: perspectivas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **O Ensino religioso no Brasil**: Tendências, conquistas e perspectivas. Petrópolis: Vozes, 1996.

GRUEN, Wolfgang. **O ensino religioso na escola**. Petrópolis: Vozes, 1995.

JUNQUEIRA, Azevedo; MENEGHETTI, Rosa Gitana Krob; WASCHOWICZ, Lílian Anna. **Ensino Religioso e sua relação pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LIBÂNIO, João Batista. **A volta à grande disciplina**. São Paulo: Loyola, 1983.

MADURO, Otto. **Religião e luta de classes**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MINAS GERAIS. Constituição (1989). *Constituição do Estado Federado de Minas Gerais*.

_____. Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. *Parecer n.º 299 de 24 de abril de 2002*.

_____. Decreto n.º 43445 de 17 de julho de 2003. *Reconhece, para o fim exclusivo de expedição de diplomas, o curso Emergencial-Modular em Ciências da Religião-Habilitação em Educação Religiosa, Licenciatura Plena, oferecido pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES*.

_____. Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. *Parecer n.º 760 de 25 de setembro de 2003.*

_____. Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. *Resolução n.º 465 de 18 de dezembro de 2002.*

_____. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. *Resolução n.º 716 de 11 de novembro de 2005. Estabelece normas para organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e designação para exercício de função pública na rede estadual.*

_____. Lei n.º 15434 de 05 de janeiro de 2005. *Dispõe sobre o ensino religioso na rede pública estadual de ensino. .*

MARTELLI, Stefano. **A religião na sociedade pós-moderna.** Entre secularização e dessecularização. São Paulo: Paulinas, 1995.

MONDIN, Batista. **A linguagem teológica.** Como falar de Deus hoje? São Paulo: Paulista 1979.

MORENO, Ciriaco Izquierdo. **Educar em valores.** São Paulo: Paulinas, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, 2005.

PANASIEWICZ, Roberlei. **Diálogo e revelação:** rumo ao encontro inter-religioso. Belo Horizonte: C/Arte, 1999.

PANASIEWICZ, Roberlei. **Pluralismo religioso contemporâneo:** diálogo inter-religioso na teologia de Claude Geffré. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, São Paulo: Paulinas, 2007.

PETER, L. Berger. **Um Rumor de Anjos.** Petrópolis: Vozes, 1973.

_____, L. Berger. **O dossel sagrado:** elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.

QUEIRUGA, Andrés Torres. **O diálogo das religiões.** 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Pedagogia da diferença:** A tradição oral africana como subsídio para a prática pedagógica brasileira.

SANCHEZ, Wagner Lopes. **Pluralismo religioso: as religiões no mundo atual.** São Paulo: Paulinas, 2005.

SANDRINI, Marcos. **Religiosidade e Educação no contexto da pós-modernidade.** Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, Antônio Francisco da. **Idas e vindas do Ensino Religioso em Minas Gerais: A Legislação e as contribuições de Wolfgang Gruen.** Belo Horizonte: Segrac, 2007.

SILVA, Consuelo Dores. **Negro, qual é o seu nome?** Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e Umbanda: caminhos da Devoção Brasileira.** 2.ed. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SILVA, Valmor et al. **Ensino Religioso: educação centrada na vida: subsídio para a formação de professores.** São Paulo: Paulus, 2004.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 10. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.